

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em 9 de janeiro de 2019 foi assinado um acordo de gestão entre a Câmara Municipal de Azambuja e as Infraestruturas de Portugal, que incide na reformulação geométrica de intersecções aos kms 5,800 e 6,450, preconizando um investimento de 850.000€ partilhado por ambas as instituições.

O referido troço atravessa uma plataforma logística de abastecimento onde estão sediados três dos maiores grupos de logística e distribuição, com 10 mil pessoas a trabalhar nesta zona industrial e uma movimentação diária de mais de 1000 camiões e milhares de veículos ligeiros. Ao crescente aumento de circulação, associa-se a inexistência de vias de serviço para a movimentação das respetivas viaturas de pesados de mercadorias que têm origem e destino nas empresas que operam ao longo da EN3, assim como, pelo recorrente estacionamento desordenado que se regista junto às instalações logísticas. Também o facto de existir apenas uma faixa de rodagem em cada sentido, sem separador central e de pavimento degradado, tornou esta estrada numa zona de elevada sinistralidade e perigosidade para os milhares de utentes da via.

Ao acordo firmado em 2019, juntou-se uma nova entidade que estabeleceu a sua atividade na plataforma logística, criando 269 postos de trabalho. Com a sua implementação, ficou a mesma responsável pela construção de uma das rotundas previstas no acordo entre o Município e a IP, assumindo os custos associados; assim como, a cedência ao domínio público da área de 124.572 m2 para equipamento de utilização coletiva e espaços verdes, estacionamento de 343 veículos automóveis ligeiros de passageiros e 51 veículos pesados.

De recordar, que a necessidade de intervenção na EN3, com especial enfoque para o troço entre Azambuja, o nó de acesso à autoestrada A1 no Carregado, e o cruzamento com a EN 1 no centro do Carregado, cerca de 12 km, é um compromisso assumido pelo Estado no âmbito do pacote de compensações pela desistência da construção do novo aeroporto na Ota.

A execução do acordo alcançado é essencial para a mitigação dos problemas de fluidez de

tráfego, da segurança da circulação pedonal, de articulação eficaz com as áreas de estacionamento de pesados existentes ao longo da via, e permitir adequar as velocidades de circulação por forma a reduzir a sinistralidade na via.

Desta forma, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicitamos a V. Exa., Senhor Presidente da Assembleia da República, que o Governo, por intermédio do Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação e do Senhor Ministro das Finanças, nos preste os seguintes esclarecimentos:

Tendo passado quatro anos desde a assinatura do protocolo para a execução da obra acima referida, solicita-se informação quanto à data prevista para início desta obra essencial para garantir a segurança dos utentes e garantir a necessária fluidez de pessoas e bens.

Palácio de São Bento, 10 de março de 2023

Deputado(a)s

VERA BRAZ(PS)

JOÃO MIGUEL NICOLAU(PS)

MARCOS PERESTRELLO(PS)

SUSANA AMADOR(PS)

MARIA DA LUZ ROSINHA(PS)

PEDRO DELGADO ALVES(PS)

RITA BORGES MADEIRA(PS)

ROMUALDA NUNES FERNANDES(PS)

MIGUEL MATOS(PS)

PAULO MARQUES(PS)

PEDRO CEGONHO(PS)

RICARDO LIMA(PS)

DIOGO LEÃO(PS)

PEDRO ANASTÁCIO(PS)

SÉRGIO MONTE(PS)

MARIA BEGONHA(PS)

MIGUEL CABRITA(PS)

MARIA DE FÁTIMA FONSECA(PS)